

**AS ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL  
FLUMINENSE: técnica, planejamento e gestão no campo do Rio de  
Janeiro.**

**STRATEGIES FOR MODERNIZATION OF FLUMINENSE'S RURAL  
SPACE:  
practice, planning and management in Rio de Janeiro's countryside.**

**Augusto César Pinheiro da Silva**

Professor do Depto de Geografia da PUC-Rio  
E-mail: augustoc@rdc.puc-rio.br

**Resumo:** O presente trabalho pretende focar as estratégias técnicas, científicas e políticas implementadas pelos poderes públicos estaduais do Rio de Janeiro, ao longo da última década, para alavancar a modernização no campo fluminense. A partir de 1995, o poder público estadual do Rio de Janeiro consolidou, efetivamente, a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, e o “novo estado” passou a ter que se articular com o “seu interior” para promover o desenvolvimento sócio-espacial, notadamente no seu campo. Projetos, técnicas e estratégias vêm sendo desde então aplicados, implementados e consolidados num espaço historicamente estagnado, desde meados do século XX, ao mesmo tempo em que sofrem as resistências necessárias às mudanças impostas por ações políticas personalistas que confundem tradições, potencialidades e alternativas nos seus projetos de gestão. A inabilidade muitas vezes de quem deveria arcar com os ônus e bônus do jogo político-partidário se soma à insatisfação crescente, na “*core region*” estadual, por parte da sociedade civil politicamente organizada que luta, ainda de maneira insípida e pouco representativa, por um resgate histórico de uma territorialidade e uma representação política que não existem mais, negando trinta anos de processo de consolidação da atual ordem político-administrativa e de gestão territorial do Rio de Janeiro. Sob esta perspectiva que os estudos espaciais da Geografia Rural devem ser reforçados no estado para que seus objetos contribuam na re-significação de dinâmicas que transformem, efetivamente, o espaço de vida do homem fluminense e o seu ambiente de trabalho.

**Palavras-chave:** Fruticultura, rural fluminense, gestão do território, políticas públicas, modernização.

**Abstract:** The aim of this study is to focus on the technical, scientific and political strategies implemented by the state government authorities of Rio de Janeiro during the last decade with the purpose to promote modernization of the state's countryside. Since 1995, the state effectively consolidated the fusion of the former states of Guanabara and

Rio de Janeiro and the “new state” has had to implement an articulation with its “inlands” so as to promote social and spatial development, particularly in its countryside. Projects, techniques and strategies have been since then applied, implemented and consolidated in a historically stagnated space since the middle of the 20<sup>th</sup> Century at the same time they suffer the necessary resistance to the changes imposed by the personalist political actions that confuse traditions, potentials and alternatives in their management projects. The frequent inability of those who should bear the burden and the bonus of the political game is added to the growing dissatisfaction in the state’s “core region” felt by the politically organized civil society who fights, even if in a shy and tentative way, for a historical rescue of a territorial notion and a political representation that no longer exist, negating thirty years of consolidating process of the current political and administrative order and of the territorial management of Rio de Janeiro. It is under such perspective that the spatial studies of Rural Geography should be reinforced in the state so that its objects contribute for the re-signification of actions that effectively transform the life of the man of the state and his working environment.

**Key words:** Fruit-growing, fluminense’s rural space, territory management, public policies, modernization.

## **Introdução**

Neste momento de consolidação da democracia nas estruturas do poder do Estado representativo brasileiro, e a reafirmação do pacto federativo com o fortalecimento legal das esferas políticas de decisão estadual e municipal, as unidades da federação vêm buscando, notadamente após a Constituição Federal de 1988, instrumentos locais de re-estruturação de suas bases produtivas que possam tornar reais projetos de transformação societária, nos mais diferentes rincões do país.

A partir de estratégias particulares (frente à singularidade da organização territorial do estado do Rio de Janeiro), os governos estaduais fluminenses, ao longo dos últimos dez anos, organizam e aprofundam políticas de Modernização logístico-territorial que definem os caminhos para “a erradicação do desemprego e da miséria do campo”, segundo alguns discursos políticos atuais, o que nem sempre se acorda com os projetos locais, tradicionais, que foram definidos endogenamente como alternativas à miséria reinante no âmbito do médio e pequeno produtor rural fluminense.

Outrossim, vale a pena revelar quais caminhos poderiam ser trilhados pelo decenal projeto estatal ainda em consolidação, para que as tradições e perspectivas das populações ligadas às atividades agrícolas estaduais pudessem ser revigoradas. Assim,

as políticas atuais seriam mais consonantes com as potencialidades locais do que das divulgadas pelos meios oficiais como as “redentoras da sociedade”, por meio do aparato político-institucional que atualmente representa as demandas sociais e territoriais do estado.

É fundamental que a sociedade civil do Rio de Janeiro e do Brasil, através das organizações científicas e efetivamente interessadas em entender, de fato, a identidade singular do Rural na unidade da federação Rio de Janeiro, possa ser elucidada para que futuras ações para a cidadania, como o voto direto, sejam bem aproveitadas, e assim que as perspectivas do campo fluminense se ampliem para que projetos políticos subliminares e personalistas, baseados em entendimentos técnicos equivocados e reforçados pela incompetência administrativa de representantes perdidos, no tempo e no espaço, não possam se enraizar no espaço rural fluminense, um diamante bruto a ser dilapidado, competentemente.

Para isso, contudo, o Noroeste fluminense será exemplificado como um espaço regional Rural tradicional no estado afetado por expressivos projetos político-empresariais voltados para a consolidação do “Moderno” num espaço estagnado. A necessidade de identificação dos impactos espaciais e, ao mesmo tempo, das possibilidades não consideradas por essas políticas no recorte espacial em foco é uma das premissas da ação e intervenção da Geografia nos projetos de gestão territorial implementados por diversos agentes no espaço nacional, e uma forma de exercício da pesquisa sobre o Rural no país.

A lógica investigativa proposta neste trabalho instiga o desenvolvimento de novas abordagens sobre o espaço fluminense que sigam um caminho alternativo daqueles implementados pelos planejadores centralizadores e exógenos aos lugares, em que a pauta é subordinar os territórios às dinâmicas *macro* da economia internacional. Acredita-se que uma alternativa para o estudo espacial sobre o Rural no território fluminense deva caminhar na mesma direção dada pelo professor e antropólogo Darci Ribeiro aos seus estudos sobre o processo de formação do povo brasileiro; os estudos que valorizaram a visão do ameríndio na formação de nossa sociedade, elevando a história e as necessidades do nativo americano ao mesmo patamar das do colonizador. Neste sentido, por que então não focar o planejamento e a gestão dos espaços rurais do estado a partir das perspectivas e necessidades de suas populações? Este desejo, misto

de utopia e possibilidade, se justifica face aos atuais caminhos engendrados pelas políticas implementadas pelo poder público estadual, nos últimos dez anos: o de reforçar o perfil urbano-industrial das atividades do campo fluminense, em que os impactos socioespaciais gerados contribuam para definir padrões e escalas de interesse que atendam, primeiramente, as necessidades e os desejos que estão além da abrangência regional e estadual desta unidade da federação.

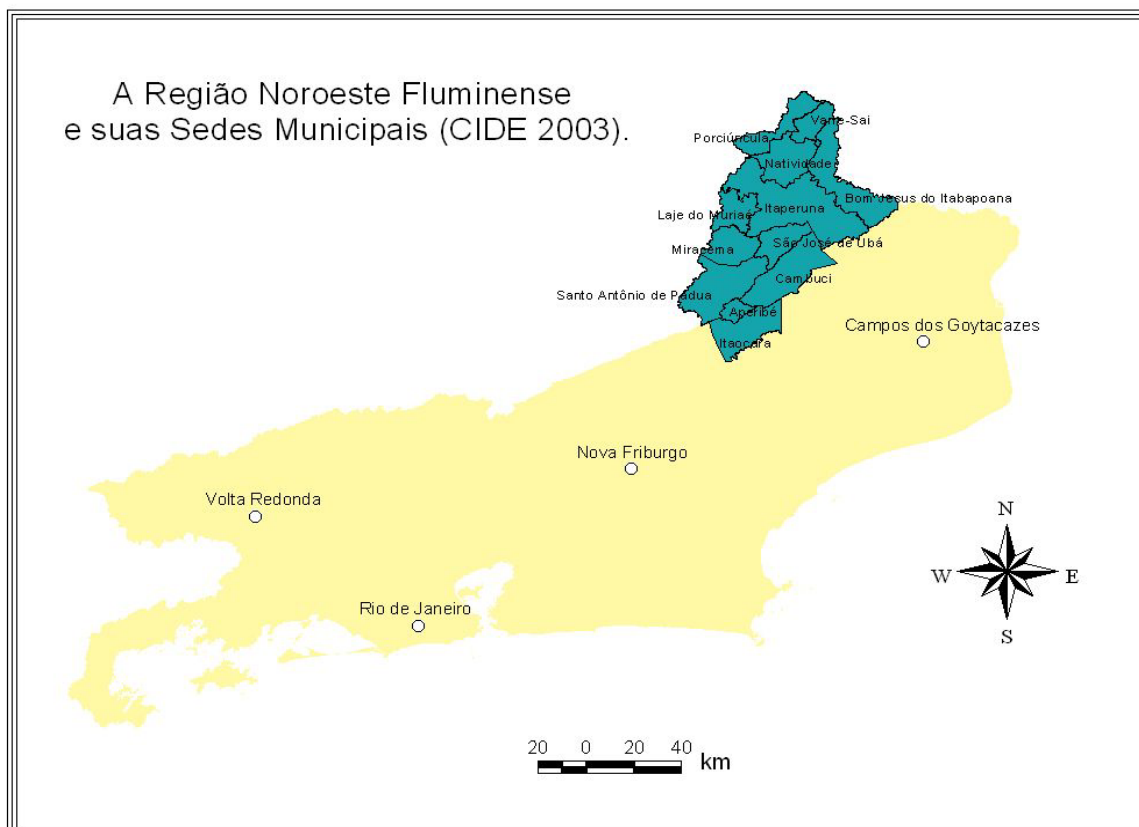
Entende-se, portanto, que a autodeterminação da população do Noroeste só será obtida através da *legitimação da igualdade*. Buscada atualmente muito mais na “justiça em meio a uma sociedade desigual” (RAWLS, 1972) do que na perspectiva marxista, a igualdade assim concebida estimula o aparelho do Estado fluminense a estabelecer pactos sociais, às vezes de maneira tão utópica quanto à dos idealizadores da sociedade sem classes, muito aquém das possibilidades de se oportunizar uma “riqueza real”, concreta e consolidada no seio da sociedade. Acredita-se que seja, mesmo que exageradamente otimista, através da manutenção da estrutura de articulação político-administrativa do Estado nacional na sua esfera estadual que se possa atingir um mínimo de justiça, pois é, somente através dele — seu aparelho burocrático, suas instâncias de decisão e da força de sua expressão político-social nas localidades — que decisões políticas executivas e legislativas justas podem ser tomadas, tornando-o legítimo na sociedade. Esta legitimidade conquistada criará mecanismos para “a luta constante em relação aos deuses dos despotismos pessoais e elitistas” (BAHIA, 1979, p. 33).

### **O Noroeste Fluminense: a re-significação das atividades produtivas em uma tradicional “região-problema”.**

Tradicionalmente agrícola, o Noroeste fluminense é hoje o resultado dos processos histórico-sociais engendrados pelas interações cidade/estado do Rio de Janeiro e das conseqüentes desigualdades espaciais proporcionadas por suas peculiares relações campo-cidade. Último reduto do café em terras fluminenses — atividade reativada hoje em alguns municípios da região, como Varre-Sai (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999) — a região Noroeste caracterizou-se, desde os

anos 1940, pela substituição gradual da cafeicultura pela pecuária leiteira, atividade esta que se mostrava possível frente à falta de mão-de-obra para o trabalho agrícola. Decadência econômica e migração populacional caracterizaram o Noroeste desde então, sendo o êxodo rural fator fundamental para o empobrecimento progressivo dos seus núcleos urbanos de pequeno e médio porte (NACIF; JESUS, 1992).

Despovoado no seu interior, o Rio de Janeiro possibilitou a formação de uma rede urbana estadual singular no contexto brasileiro. A sociedade fluminense, ao mesmo tempo, macrometropolitana e pouco hierarquizada pelo predomínio do Ruralismo no sentido colonial, reflete a dominância do Rural tradicional sobre o Urbano interior, havendo clara desconexão entre o “cosmopolitismo citadino” e o “arcaísmo das relações senhoriais pré-capitalistas do seu campo”. Portanto, afirma Reis (2002, p. 129), “quanto mais livres das cidades (ou da força delas), os domínios rurais são mais autárquicos”. Este é o Noroeste do estado do Rio de Janeiro, localizado no mapa 1.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geografia da PUC-Rio, 2004.

Mapa 1

Como reflexo da modernização do Brasil no pós-2ª Guerra, notadamente pós-anos 1960, o Noroeste beneficiou-se modestamente dos capitais agroindustriais implementados no território nacional em atendimento à demanda de um mercado urbano fortalecido tanto no Brasil quanto no exterior. Em 1961, o setor leiteiro da região foi impactado com a parceria estabelecida entre a agroindústria de leite itaperunense (a Leite Glória) e o capital de origem transnacional da empresa americana *Fleischmann & Royal*, o que redefiniu o papel dessa região do Rio de Janeiro na divisão territorial do trabalho. Esta articulação de capitais impulsionou a propaganda e o *marketing* em torno do segmento ‘Glória’, ao mesmo tempo em que projetou o Noroeste além dos seus limites político-administrativos, cunhando-se, no imaginário da população fluminense, a identificação emblemática: “Noroeste fluminense: tradicional região leiteira”. Na verdade, essa pretensa ‘tradição’ na atividade escondia a falta de alternativas para o seu crescimento econômico, ao mesmo tempo em que possibilitava a ampliação dos poderes políticos, organizacionais e financeiros de importantes agentes locais e não-locais de gestão do território (SILVA, 1996).

Durante cerca de 30 anos, a empresa *Fleischmann & Royal* dominou praticamente sozinha as estruturas produtivas/administrativas/gerenciais da parcela agroindustrial do Complexo Agro-industrial leiteiro regional, o que acabou por atrelar parte da agropecuária leiteira fluminense quase que obrigatoriamente ao nome da corporação norte-americana. Com a abertura da economia latino-americana desde a Rodada Uruguaí do GATT<sup>1</sup> em 1989, transformações significativas ocorreram na estrutura agrícola nacional. A ‘tradicional’ pecuária da região, por exemplo, entrou em decadência já nos primeiros anos da década de 90, devido à inconsistência estrutural da gestão da atividade leiteira no Brasil (produção, coleta, estocagem, beneficiamento, transporte, comercialização....) observada com a abertura alfandegária do período para a competição global (COUTINHO; FERRAZ, 1994). Francamente desfavorável aos produtores da região, o fim do protecionismo alfandegário deixou clara a incapacidade dos pecuaristas do Norte e Noroeste fluminense em ‘competirem de forma moderna’, já que sofriam naqueles espaços, desde a década de 1960, as conseqüências das práticas de gestão predatória implementadas pela agroindústria Leite Glória. O projeto corporativo ao qual a atividade leiteira regional foi submetida desgastou localmente os

potenciais infra-estruturais, ambientais, humanos e políticos resultando no aumento da estagnação econômica e social da região (SILVA, 1996).

Assim sendo, com o estabelecimento de um mercado supranacional, a partir da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, o setor leiteiro brasileiro passou a sofrer a competição direta dos tradicionais pecuaristas uruguaios e argentinos (percebe-se, na figura 1, os constantes déficits na balança comercial brasileira frente ao Mercosul, desde 1990) tornando-se claras as deficiências daquele setor no país. Com a produção de leite e derivados em queda, agroindústrias, cooperativas e produtores do Noroeste passaram a perder mercado, agravando ainda mais a estagnação das economias agrícola e agroindustrial nessa região do estado. Nessas circunstâncias, a busca de alternativas que reestruturassem produtivamente esse e outros espaços regionais fluminenses para a competição, em diversas escalas, tornou-se um repensar institucional para a gestão estratégica dos territórios.

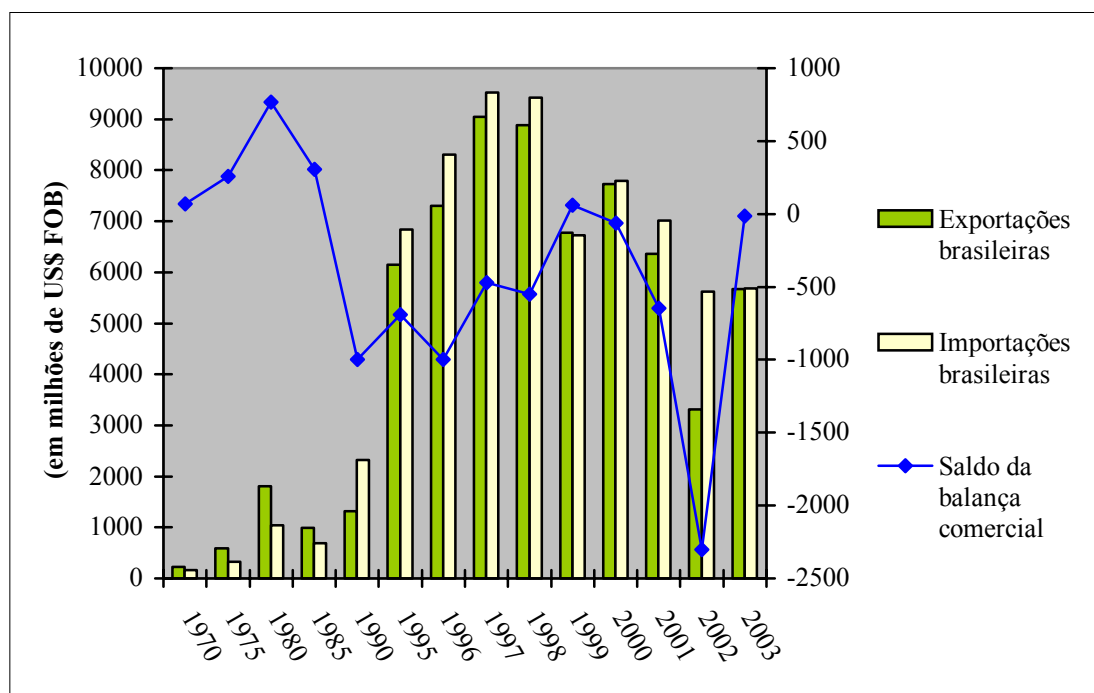


Figura 1 - **Brasil**: variação do comércio no eixo do Mercosul, entre 1970 e 2003 (em US\$ milhões FOB).  
Fonte: SECEX, 2004.

A estrutura exportadora da agricultura brasileira foi reforçada na década de 1990, sob a perspectiva quase que hegemônica do *mercado global*. Porém, mais do que

manter o mesmo padrão colonial de exportação de *commodities*, uma nova agenda de interesses regionais foi definida com a consolidação do Mercosul, bloco regional que passou a ter que ser considerado nos projetos de modernização do país (Figura 1).

Soja (1993), questionando algumas abordagens acerca do conceito de reestruturação, entende-o como a reavaliação, a partir da crise de um determinado *stablishment* social, do econômico e/ou político de dado espaço. Um repensar dos caminhos possíveis para ‘sair da crise’ gera ‘um desmontar para um remontar’ de estruturas, muitas vezes espaciais, podendo trazer novas configurações territoriais baseadas em fluxos de direção e intensidade diversificadas.

No âmbito geográfico, contudo, ao se pensar na reestruturação espacial, deve-se reportar aos processos de gestão que o atingem. No plano da orquestração do uso do território, essa reestruturação afetará as paisagens e funções existentes com a implementação de outras infra-estruturas (adequadas aos novos rumos tomados), que suprirão novas atividades e definirão configurações espaciais relacionadas ao desmontar / remontar / refuncionalizar planejados pelos agentes territoriais. Porém, nem sempre as reconfigurações adequar-se-ão às perspectivas e desejos dos grupamentos viventes nos territórios, o que pode gerar novas crises (em maior ou menor grau), de acordo com a mobilidade política dos grupamentos do lugar. Segundo Soja (1993, p. 194),

a reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são pré-determinados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material.

Hoje, a sociedade fluminense (“ainda em consolidação” – apesar dos recentes e barulhentos desejos de fragmentação – e enfrentando fortíssimos problemas estruturais) encontra-se diante de uma nova estratégia de reestruturação produtiva: a articulação político-econômica de importantes agentes de gestão envolvidos com diversos projetos de desenvolvimento regional do Rio de Janeiro. Perante uma pretensa ‘nova ordem mundial’, esses projetos de dinamização econômica e infra-estrutural buscam a máxima produtividade nas atividades rurais, eliminando aquelas “pouco expressivas e potencialmente incapazes” de tornar esses espaços competitivos, em diversas escalas.



Com índices socioeconômicos que expressam seu atraso infra-estrutural, social e tecnológico, a região Noroeste fluminense possui grande dificuldade em atrair recursos e investimentos públicos e privados, apesar de ainda manter uma certa importância no setor leiteiro e agro-alimentar do estado. Para que seja revertida essa retração de investimentos será importante a recriação de sua elite regional, para que esta possa reproduzir o poder de atração das vantagens que “um dia” a sua outrora elite leiteira regional possuía e que hoje, devido a uma intensa perda de poder (os motivos dessa perda criam um bom objeto de investigação acadêmica), não possui representatividade significativa junto à estrutura organizacional da burocracia estatal fluminense. Vivendo ela das diretrizes definidas pela elite política da capital regional a qual a região está submetida - Campo dos Goytacazes - novas regulações administrativas vêm sendo estimuladas pelo poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro como acusa algumas investigações acadêmicas.

No vácuo de poder criado pelo desgaste de representação das elites regionais do Noroeste, outras articulações estão se dando, desde os primeiros anos da década de 90, para que se substitua, não a elite, mas o produto e a forma de produzi-lo (fruticultura irrigada) que podem projetar a região nas esferas estadual, federal e quem sabe, supranacional.

### **Levantamentos técnicos e planejamento nas esferas de decisão: os projetos atuais para a modernização do rural, no Noroeste do Rio de Janeiro**

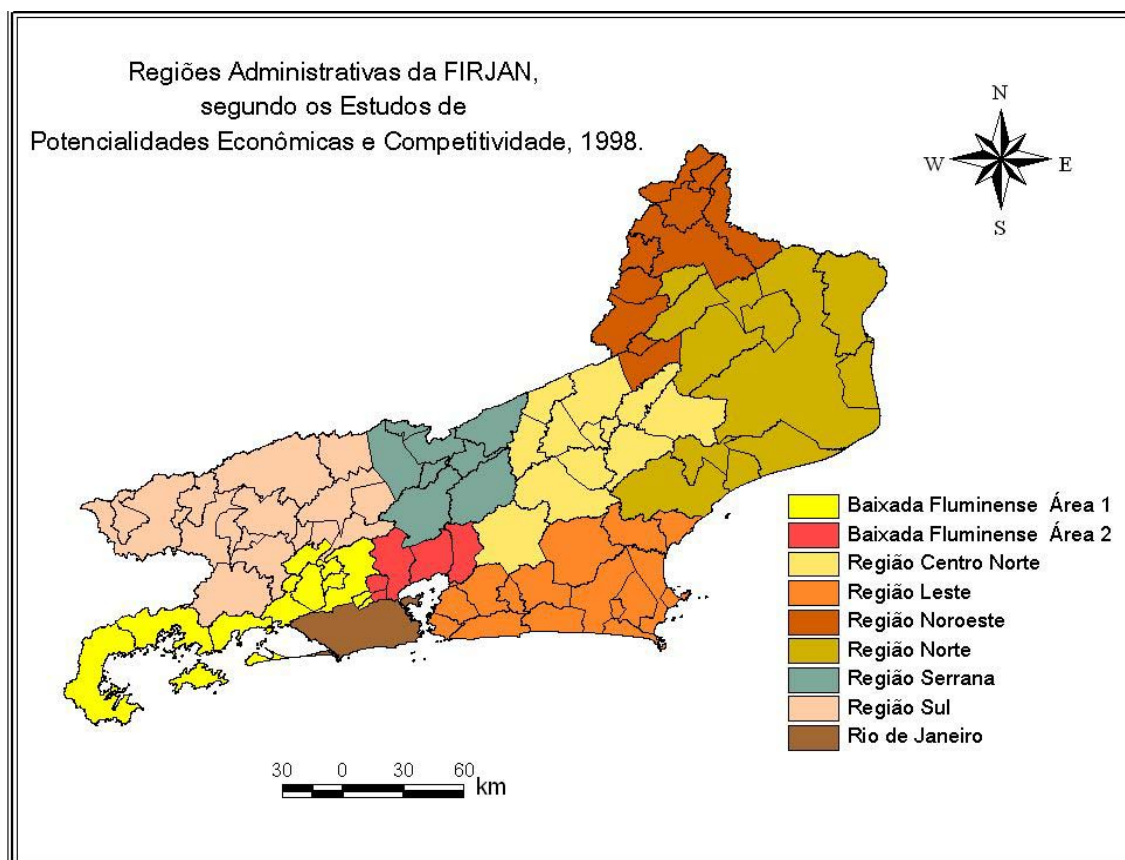
A re-significação da identidade regional do Noroeste do Rio de Janeiro está hoje em pleno andamento e a Geografia não pode se furtar a um esforço de desvendar esse processo, apoiando-se nos seus multidisciplinares objetos e metodologias de análise para participar ativamente das decisões institucionais e se consolidar como a interface entre os canais privados, institucionais e técnico-científicos que definem a gestão.

Entende-se que para a realização da gestão territorial, o aparato técnico-informacional das instituições que coletam informações (econômicas, sociais, ambientais...), é um fator primordial. Essas informações revertidas em dados possibilitam o desenvolvimento de diagnoses que refletem os objetivos e a ideologia do

agente empreendedor da gestão e que, por sua vez, implementará práticas específicas para consolidar a sua dominância no território. Essas diagnoses também são matéria-prima imprescindível para políticas públicas que reestruturam produtiva e estruturalmente uma gama significativa de espaços, sob diversos vieses.

Para melhor clarificar a discussão em torno das atuais estratégias de reestruturação produtiva visando a construção de um espaço rural moderno no Rio de Janeiro buscou-se selecionar dados estatísticos e diagnoses feitas de/por agências fomentadoras de pesquisa sobre o estado (FIRJAN, FGV, SEBRAE...). A partir das informações e conclusões obtidas por esses estudos pode-se entender como, efetivamente, as ações institucionais (atreladas a projetos de gestão diversos), vêm impactando os espaços regionais do estado e as suas realidades. Neste contexto, portanto, observar as áreas mais excluídas do território fluminense como o Noroeste possibilitará entender concretamente a reestruturação produtiva que afeta a qualidade de vida nessa fatia estagnada do território estadual.

Uma das diagnoses mais recentemente levantadas e que trazem informações vitais sobre os projetos institucionais para a mudança do perfil de atraso do espaço fluminense intitula-se: Potencialidades Econômicas e Competitividade no Estado do Rio de Janeiro. O material técnico resultante desse levantamento é um dos instrumentos vitais para o direcionamento das atuais ações governamentais de modernização do espaço rural do estado. ‘Vertebrado’ e desenvolvido na gestão Marcelo Alencar (1995/1998), o diagnóstico econômico do estado foi financiado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e idealizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro- e Pequenas Empresas no Rio de Janeiro (SEBRAE-RJ), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-RJ) e Serviço Social de Indústria (SESI-RJ), e vem servindo de apoio para a organização de outros estudos mais específicos, para a implementação de políticas de desenvolvimento<sup>2</sup> em todas as regiões fluminenses, com vultosos investimentos governamentais e privados.



Fonte: FIRJAN, 1998.

Adaptação: Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geografia da PUC-Rio, 2004.

Mapa 2

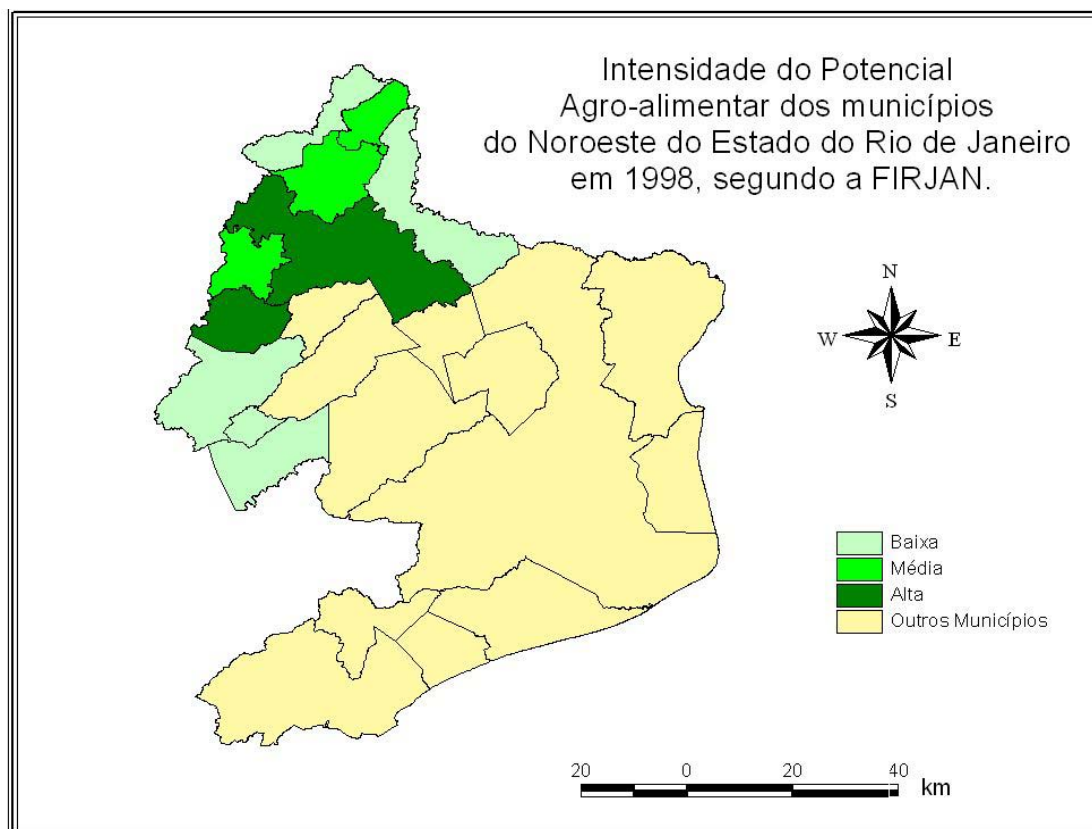
Uma das primeiras observações feitas sobre os organismos que apoiaram e apóiam esse tipo de levantamento diagnóstico no estado é que, entre eles não existe um só organismo estatal ou privado voltado exclusivamente para as atividades rurais tradicionais (a agricultura e a pecuária *stricto sensu*), sendo que os diagnósticos levantados serão utilizados (como há de se ver mais adiante) para que as empresas privadas e o próprio Estado tentem elaborar projetos de gestão para a agropecuária fluminense *se, e somente se, esta estiver obrigatoriamente ligada aos setores industrial e infra-estrutural do CAI fluminense (grifo meu)*. Esta situação reforça a visão da baixa capacidade de articulação político-econômica e social do setor primário estadual — apesar deste estar presente, concretamente, na esfera da produção através de empresas diversas — o que vem excluindo produtores rurais e instituições públicas e privadas como elementos centrais das discussões sobre os projetos de modernização, tornando-os meros apêndices das políticas públicas do Estado. O Sumário Executivo do estudo

anteriormente citado indica que o objetivo central do diagnóstico foi mapear, para cada uma das regiões<sup>3</sup> do estado do Rio de Janeiro (divisão considerada pela FIRJAN), “um conjunto de atividades com potencial para serem desenvolvidas, além de discutir fatores condicionantes da competitividade das mesmas” (FIRJAN, 1998, p. 9).

As chamadas “atividades potenciais” buscariam estimular regionalmente projetos de revitalização socioeconômica como resposta às novas demandas exigidas para o estado do Rio de Janeiro com a inserção do Brasil, desde o final da década de 80, na chamada ordem competitiva internacional.

Não obstante à marginalização, a partir da força do diagnóstico supracitado, o Noroeste fluminense vem atraindo agentes potenciais de gestão territorial. Ao criarem novas territorialidades, esses agentes deixam significativas marcas sócio-espaciais através dos seus projetos e de suas estratégias de ação na região. As resultantes, porém, de tais ações estão submetidas às condições institucionais, infra-estruturais e sócio-econômicas preexistentes no espaço regional em questão, frente às históricas deficiências observadas em todos os setores da sociedade civil local. O tom da paisagem construída e existente reflete a base social e material de um espaço marginalizado por anos de ações públicas ineficientes.

Um somatório de mudanças poderá fazer com que o Noroeste do estado do Rio de Janeiro redesenhe a sua geografia. Nela, poderá ser observada tanto a nova composição de forças que poderão redefinir o próprio conceito de região naquele fragmento territorial como também um novo papel na divisão territorial do trabalho. Nestas novas composições outras articulações (inclusive, por exemplo, com a absorção regional por outras unidades da federação) podem ser estudadas e compreendidas mais a fundo por geógrafos e demais cientistas sociais para o entendimento das dinâmicas que criam e estabelecem novas realidades espaciais (Mapa 3).



Mapa 3

A partir dos dados obtidos pela diagnose em estudo, o conjunto de municípios que compõem a região Noroeste fluminense (constituído por 10 unidades municipais - mapa 3) foi caracterizado como de “perfil agrícola”<sup>4</sup> (100% dos municípios). Segundo as observações citadas nos estudos das potencialidades do Noroeste fluminense,

a principal vocação da região relaciona-se ao complexo agroalimentar representado por culturas modernas destinadas à exportação ou às indústrias processadoras de alimentos, principalmente nos setores de carne, leite, frutas e olerícolas. (FGV; SEBRAE-RJ; FIRJAN, 1998, p. 25).

Esta “vocação agro-alimentar” regional foi condicionada por fatores primários ligados à disponibilidade de recursos naturais imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Dentre os fatores selecionados destacam-se a qualidade do solo, o clima, a concentração de recursos hídricos e a oportunidade associada ao relevo do território. Numa primeira observação, as potencialidades levantadas pautaram-se na percepção do espaço produtivo como uma planície isotrópica, onde somente as condições naturais e os mercados foram considerados para os projetos de

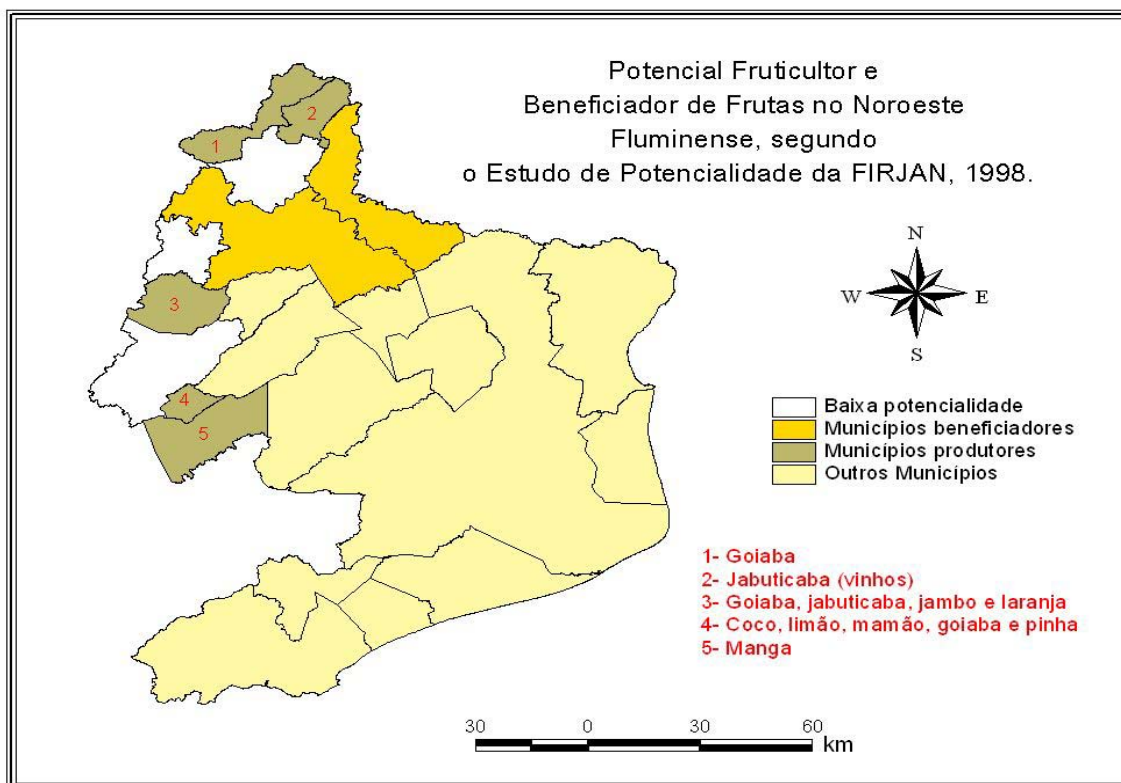
“alavancamento do moderno”. Esta situação deixa claro que, para o planejamento estatal da agropecuária fluminense, o referencial técnico continua sendo predominante, e a análise científica no âmbito das ciências sociais fica periférica nessa análise espacial.

Mesmo concentrando apenas 2% da população total do estado (252 mil habitantes dos quais 1/3 estabelecido em apenas um dos municípios – Itaperuna), e correspondendo a apenas 10% do território do estado, o Noroeste fluminense foi caracterizado pelo estudo aqui focado por ser

um centro polarizador da industrialização de alimentos, já que Itaperuna possui a vocação industrial mais ampla da Região<sup>5</sup> [...], além da atividade (a industrialização de alimentos) ter sido destacada em mais cinco dos dez municípios: Bom Jesus de Itabapoana, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaocara e Porciúncula. (FGV; SEBRAE-RJ; FIRJAN, 1998, p. 25).

A caracterização dos municípios selecionados “com potencial agro-alimentar” precisa ser entendida, segundo os objetivos investigativos do levantamento em estudo, como uma tentativa de potencialização deste setor fluminense através do processamento industrial — tanto para centros consumidores em escala quanto para fins de exportação de alimentos semi-elaborados — o que desconsidera a agropecuária meramente de subsistência (FGV; SEBRAE-RJ; FIRJAN, 1998).

O entendimento do documento destacado, e acatado pelas políticas públicas atuais para a modernização do Rural, principalmente o das regiões Noroeste e Norte — que passarão a “se confundir”, neste momento do trabalho, devido à necessária articulação entre elas no projeto modernizador — é que os capitais agroindustriais são os únicos capazes de reverter as arcaicas estruturas sociais e econômicas que dominam aqueles espaços (grifo meu) “e que mantêm a baixa produtividade e o atraso expressivo nas estruturas gerenciais e suas atividades econômicas mais importantes” (FIRJAN; CIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA, 1999, p. 8). Nas atuais políticas estaduais de modernização do setor frutícola das regiões Norte e Noroeste, o discurso da dependência dos capitais agroindustriais é dominante, já que “os financiamentos públicos abertos para os fruticultores só se dão a partir das demandas das empresas integradoras que atuam na região, e do atrelamento dos produtores, a partir de um contrato de fornecimento, a elas” (SEAAPI-RJ, 2005).



Fonte: FIRJAN, 1998.

Adaptação: Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geografia da PUC-Rio, 2004.

Mapa 4

Portanto, as atividades de subsistência, em propósito da modernização desejada, devem ser eliminadas das paisagens produtivas rurais fluminenses para que se reverta, segundo o estudo, o quadro de exclusão que essas atividades sofrem nas trocas intersetoriais que caracterizam a agroindústria atual. Nas considerações anteriores, observa-se o direcionamento de tais perspectivas modernizantes: a de eliminar o “atraso” através da desestruturação das lavouras não associadas ao padrão agroalimentar desejável para uma sociedade de base urbana e pautada no consumo de alimentos beneficiados. Dentre as atividades agrícolas consideradas “potencialidades de nível A” para a re-inserção do rural no Rio de Janeiro nas modernas trocas intersetoriais, destacam-se a olericultura e a fruticultura. Em relação à olericultura, muitos estudos ainda precisam ser implementados para que se possa cogitar da criação de um espaço rural moderno no estado baseado nesses cultivos.

## **O Programa FRUTIFICAR nos Espaços Regionais do Noroeste e Norte Fluminense: algumas considerações sobre a “febre da fruta”.**

Neste momento, dar-se-á maior atenção à fruticultura fluminense já que, nos últimos cinco anos, essa atividade vem sendo fortemente priorizada no estado com a adoção de medidas subsidiadoras de diferentes esferas do poder público, em detrimento de *atividades decadentes* como a pecuária leiteira do Noroeste e o cultivo canavieiro do Norte, vistos como empecilhos para a Modernização do Rural estadual.

No estudo em tela, a fruticultura aparece referendada como a atividade agroalimentar mais propícia a ser agroindustrializada na região, sendo que os municípios de Itaperuna e Bom Jesus de Itabapoana “em função da capacidade de processamento já instalada” se destacam como as unidades municipais com capacidades mais amplas para seduzirem possíveis investidores “locais” ou externos. No mapa 4, podem ser identificadas as atividades frutícolas mais apropriadas para serem desenvolvidas nos municípios economicamente mais expressivos do Noroeste fluminense se associadas a agroindustrialização.

A partir da liberação oficial dos diagnósticos aqui referidos, alguns movimentos dos poderes públicos ficaram mais visíveis, a partir de 2000, para subsidiar a produção de frutas. Dentre eles, destaca-se o Programa de Fruticultura para a Região Norte-Noroeste Fluminense iniciado no ano 2000, pelo governo federal, e financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Este Programa financiou linhas de crédito para estimular o potencial exportador da fruticultora no estado, com recursos totais que chegaram à cifra de R\$ 350 milhões, em 1999 (BNDES, 2005).

Todavia, atualmente, a “excepcionalidade” dos subsídios à fruticultura fluminense desde aquele período (os custeios federais se esgotaram em 2002) não se mantém mais e, desde junho de 2003, os projetos federais em torno da fruticultura se estenderam por outras unidades federativas com a formação do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (PRODEFRUTA), do Ministério da Agricultura e Abastecimento, que tem como objetivo “apoiar o desenvolvimento da fruticultura brasileira, por meio de investimentos que proporcionem o incremento da produtividade e da produção, assim como a melhoria do padrão de qualidade e das condições de comercialização dos produtos frutícolas”. Este programa absorveu o Programa de



Qualidade Total Rural implementado no governo Fernando Henrique Cardoso sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional e que atendia especificamente a fruticultura irrigada. O período de vigência do atual Programa para a fruticultura brasileira no governo Luís Inácio Lula da Silva foi estendido até junho de 2005 (BNDES, 2005).

No bojo das linhas de crédito federais, as ações do governo estadual fluminense tentam promover a expansão do plantio, do beneficiamento e da industrialização de frutas tropicais para o abastecimento do mercado interno e para a exportação. Sendo parte do Programa Moeda Verde (que atende também, com intensidades diferenciadas, aos produtores leiteiros e de grãos de subsistência, aos olericultores, cafeicultores, pescadores, piscicultores, agricultores orgânicos...) o FRUTIFICAR é, desde o governo Anthony Garotinho (1999-2002), a ‘menina dos olhos’ do governo estadual por ser considerado “a maior oportunidade de modernização e transformação produtiva e social dos espaços regionais do Norte e Noroeste fluminense” (FIRJAN/CIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA, 1999).

Na realidade fluminense, o tema fruticultura não é novo. Desde o início dos anos 80, um grupo de técnicos da EMATER-Rio observava o “potencial” fruticultor das regiões Norte e Noroeste do estado, a partir dos levantamentos realizados pelo FIDERJ/SECPLAN, do IBGE, em 1975, para elencar os recursos agrícolas potenciais no Rio de Janeiro (estudos estes que serão retomados mais adiante). No início dos anos 1990, cerca de 3.000 hectares de terras agrícolas fluminenses (principalmente com abacaxi e maracujá no atual município de São Francisco de Itabapoana) eram cultivados por uma fruticultura sem coordenação e estruturação, tornando-se, portanto, um problema, o que gerou o seu gradual abandono. Sem uma cadeia produtiva integrada, a produção frutícola do estado acabou se tornando mais uma alternativa de sobrevivência dos pequenos produtores rurais e, em meados dos anos 1990, a fruticultura estadual não ocupava 800 hectares de terras agrícolas no Rio de Janeiro, como informou um técnico da EMATER-Rio Regional Campos, em entrevista direta, em outubro de 2004.

Com a sistematização feita pela FIRJAN sobre o Pólo Agroindustrial de fruticultura do estado, em 1999, a atividade passou a ser novamente uma referência a ser explorada pelo quadro técnico da EMATER-Rio, já que era considerada uma

potencialidade “geradora de emprego e renda”, discurso este que seria apropriado pelas políticas do Governo Garotinho, durante a sua gestão estadual. O estudo em questão decreta que sem a sistematização da cadeia produtiva, a mesma fruticultura “transformadora das condições socioeconômicas das regiões Norte e Noroeste” não teria sucesso e que, portanto, toda a base logística das regiões (tecnologias de irrigação para “corrigir” à irregularidade de chuvas, a integração da malha de transporte frente a uma rede viária abandonada e obsoleta, o aporte financeiro através de bancos oficiais, a qualificação da mão-de-obra para o trabalho nas fazendas frutícolas...) deveria ser repensada para o sucesso do empreendimento.

Das questões acima selecionadas, uma foi utilizada como bandeira política de Garotinho para deslanchar, como projeto político pessoal, a fruticultura no Rio de Janeiro: criar mecanismos caseiros frente à inexistência do aporte financeiro do Estado após a privatização do BANERJ<sup>6</sup>. Garotinho assegurou o financiamento do projeto pelo Tesouro Estadual, reduzindo as faixas de juros correntes no sistema financeiro do período - no setor agrícola ficava entre 8% a 9% - para 2% ao mês para os agricultores interessados na fruta. Juntamente com o Grupo Executivo da FIRJAN, a EMATER-Rio iniciou os contatos regionais e a propaganda do projeto nas regiões Norte e Noroeste fluminense no primeiro trimestre de 2000.

Na verdade, segundo informa o governo do estado nas suas antigas propagandas disponíveis na rede da *internet* desde 2000, a chamada ‘febre da fruta’ seria apenas o ‘pontapé inicial’ de um projeto bem mais ambicioso: o de erradicação total da pobreza e do desemprego naquelas regiões. A maximização das metas sociais a serem atingidas com o FRUTIFICAR dependeria da capacidade do Programa em atrair agentes privados - empresas agroindustriais e grandes e médios produtores agrícolas - para a constituição de um Pólo Agroindustrial associado à fruticultura irrigada no Noroeste fluminense. Esta atração ampliaria a oferta de trabalho e a geração de renda naquele espaço e vincularia vantagens fiscais e tributárias do Programa FRUTIFICAR aos investidores do Pólo, da seguinte maneira:

- a) Abertura ágil e a custos compatíveis de linhas de crédito com recursos do Tesouro Estadual, para o investimento e custeio dos pomares;
- b) Aquisição de equipamentos para irrigação e capacitação tecnológica para a modernização das atividades já instaladas;

- c) Financiamento de empresas integradoras (já instaladas ou com projetos viáveis de instalação), que garantiriam a comercialização da produção nos mercados interno e externo, através de sistema inédito de integração.

A propaganda do governo estadual reflete bem o empenho que se vem atribuindo ao Programa FRUTIFICAR na esfera institucional; porém cabe reforçar que no *site* do próprio governo do estado, o chamado Portal do Cidadão, não há nenhuma informação sobre prazos, limites ou tendências do FRUTIFICAR para o ano de 2004, apesar da propaganda e dos *links* para outros sítios (como o da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado do Rio de Janeiro – SEAAPI-Rio) mostrarem as condições gerais de participação e de financiamento.

Depois da grande divulgação inicial do FRUTIFICAR e de uma ação política incisiva nas regiões-alvo entre 2000 e 2002, ou seja, a fase de implantação, os anos de 2003 e 2004 são considerados pela SEAAPI-Rio como a fase de avaliação em que os bônus e ônus do projeto estão sendo técnica, política e economicamente avaliados para que nos anos de 2005 e 2006, seja iniciada a fase de consolidação. Assim sendo, novos associados, por exemplo, estão sendo limitados e recomendados a esperar o início no final de 2004. Cabe chamar atenção que o cadastro *via internet* para a inscrição no programa não está acessível desde maio de 2004, quando muitas tentativas via rede foram feitas.

Algumas considerações são fundamentais para que se entenda o andamento atual do Programa FRUTIFICAR. Ao longo do primeiro semestre de 2004, diversos contatos (pessoais e por telefone) foram feitos com gerentes das agências do Banco do Brasil localizadas em três municípios das regiões Norte e Noroeste do estado (Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Campos dos Goytacazes), e com o superintendente da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), autarquia localizada em Campos de Goytacazes. Segundo informações da agência do Banco do Brasil de Campos, até o final de junho de 2004, apenas vinte e seis liberações para o FRUTIFICAR haviam sido feitas no Noroeste e Norte:

primeiro por desinformação dos produtores locais quanto ao projeto (muitos nunca ouviram falar) e em segundo pela impossibilidade dos pretendentes manterem o padrão de retorno esperado para o financiamento pedido (Gerência do Banco do Brasil de Itaperuna, em entrevista direta em 14 de maio de 2004).

Até o dia 15 de outubro de 2004, cerca de 45 liberações haviam ocorrido em todo o estado do Rio de Janeiro. Ou seja, desde o início das liberações do Programa, em setembro de 2000, o ano de 2004 foi o mais fraco representando apenas 9,2% do total das 489 propriedades do FRUTIFICAR no Rio de Janeiro (189 no Noroeste, 285 no Norte e 15 na região dos Lagos).

Outra questão fundamental se refere à pretensa agilidade na liberação da linha de crédito. Das diversas consultas feitas aos órgãos de fomento da fruticultura no estado, em nenhuma essa agilidade foi identificada. Desde a EMATER-Rio, onde o contato inicial tem que ser travado pessoalmente, passando pelo FUNDENOR que legaliza oficialmente o contrato de liberação do custeio do cultivo frutícola e o envia para o Banco do Brasil, assim como nas próprias estruturas internas desse banco oficial, as etapas são complexas, demoradas e altamente burocratizadas, segundo os próprios responsáveis pela liberação do crédito (EMATER-Rio e FUNDENOR de Campos, e Banco do Brasil de Itaperuna).

Em média, de acordo com entrevista direta feita a uma das fontes anteriormente citadas, a liberação dos recursos do FRUTIFICAR está levando, nesta fase de avaliação, de oito meses a um ano, a contar do início do processo. O contato inicial deve ser feito através da EMATER-Rio que agenda uma visita à propriedade pleiteadora com técnicos especialistas em fruticultura irrigada que darão ou não o aval para que o processo burocrático siga as suas etapas legais. Se as pré-condições técnico-estruturais da propriedade (qualidade do solo, proximidade das águas, topografia adequada ao cultivo desejado...) são aprovadas pela empresa, a segunda etapa é a legalização (via FUNDENOR) dos contratos entre as partes em que as pré-condições para a liberação do custeio e pagamento parcelado do subsídio sejam acordados.

Finalmente, com o contrato assinado, o pedido é enviado para o Banco do Brasil que liberará os recursos desejados de acordo com os repasses estaduais (o orçamento estadual para a agricultura ou dos recursos obtidos através de linhas de crédito federais). A liberação do valor determinado poderá ser em parcelas ou do montante total solicitado dependendo da natureza e da ordem do pedido aprovado nas instâncias anteriores. O processo burocrático e a máquina estatal (principalmente no que concerne à liberação dos recursos públicos) são considerados, pelos gestores do programa de subsídios, os grandes entraves à manutenção do interesse dos produtores regionais.

Porém, mais do que isso, as informações desejadas em relação ao FRUTIFICAR são bastante desconhecidas, imprecisas ou simplesmente não estão disponíveis em algumas das menores agências do Banco do Brasil, como a de Miracema. Em relação às agências da EMATER-Rio, os entendimentos da instituição com os produtores são altamente pessoalizados e a definição dos projetos particulares ocorrem apenas através do contato direto do produtor interessado com um técnico responsável (e somente com ele) pelo programa. Não há outros responsáveis ou esferas de decisão a que os produtores possam recorrer além do “responsável pelo FRUTIFICAR”. Os diversos contatos tentados através de telefonemas com as agências espalhadas pelos municípios da região Noroeste (Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana e Miracema) foram infrutíferos já que os únicos técnicos responsáveis nunca estavam disponíveis, e de não haver outra pessoa no administrativo da instituição que pudesse ou soubesse responder por ele.

Outro fato relevante observado ao longo da pesquisa é a expressão *Modernidade* nas parcerias estabelecidas com instituições e agências pelo governo estadual fluminense para o FRUTIFICAR. Das diversas instituições ou classes de instituições coligadas ao projeto, 13 representam diretamente as atividades rurais do estado do Rio de Janeiro e do Brasil; porém somente uma delas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que não é de domínio estadual, tem um *site* específico na *internet* e, mesmo assim, altamente dependente das cartilhas e outras publicações fornecidas pela EMATER-Rio ou o SEAAPI-Rio. As dez parcerias restantes referem-se às instituições que lidam com a formação profissional geral e a legalidade do trabalho, a infraestrutura básica e os setores secundário e terciário da economia; Destas somente duas não têm sítios próprios (SEAAPI, 2005).

Numa primeira avaliação, portanto, para um projeto que se quer “moderno”, a centralização das decisões, a dificuldade de se obter informações e prazos via rede da *internet* e a burocracia excessiva são fortes empecilhos para uma gestão competente dos recursos públicos disponibilizados para a retomada do crescimento do Rural fluminense.

Cabe também destacar que, oficialmente, algumas informações equivocadas sobre a capacidade do projeto em gerar trabalho e renda no estado vêm sendo difundidas. Segundo as informações disponibilizadas pelo CIDE (2005) codificadas na figura 2, até

dezembro de 2002 - portanto após três anos do início do Projeto FRUTIFICAR (2000) - a geração de trabalho no setor agrícola do estado retrocedeu, mesmo com a pretensa “febre da fruta”<sup>7</sup>. Enquanto o emprego geral no estado cresceu em valores numéricos absolutos cerca de 6,91% (somatório das oito categorias específicas elencadas pela instituição e mais uma chamada de ‘outros’) em seis anos, a oferta de emprego no setor agropecuário fluminense retrocedeu, no mesmo período, 21,94%.

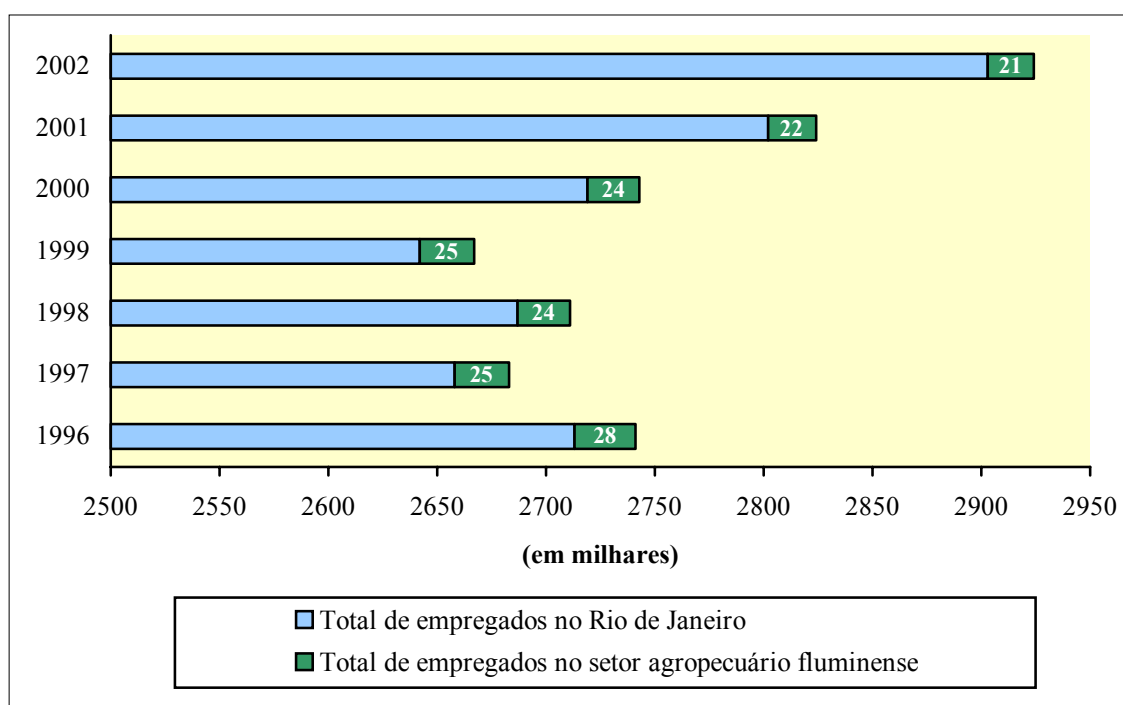


Figura 2 - **Rio de Janeiro**: participação do número de empregos no setor agropecuário fluminense, no total de empregos do estado entre 1996 e 2002.

Fonte: CIDE, 2005.

À ineficiência na liberação dos recursos, na clareza das informações e dos instrumentos para obtê-las e na geração de empregos do Projeto FRUTIFICAR somar-se-iam os reduzidos, porém amplamente divulgados argumentos estatais de que está havendo um significativo aumento da fruticultura em todo o estado. Com dados parciais sobre o crescimento de alguns cultivos frutícolas (como os do abacaxi e coco-verde), a propaganda divulgada pela SEAAPI-Rio, através dos informativos *Informação & Análise de Mercado*, induz ao equívoco quando analisado um suposto crescimento do setor fruticultor estadual, como pode ser observado na figura 3.

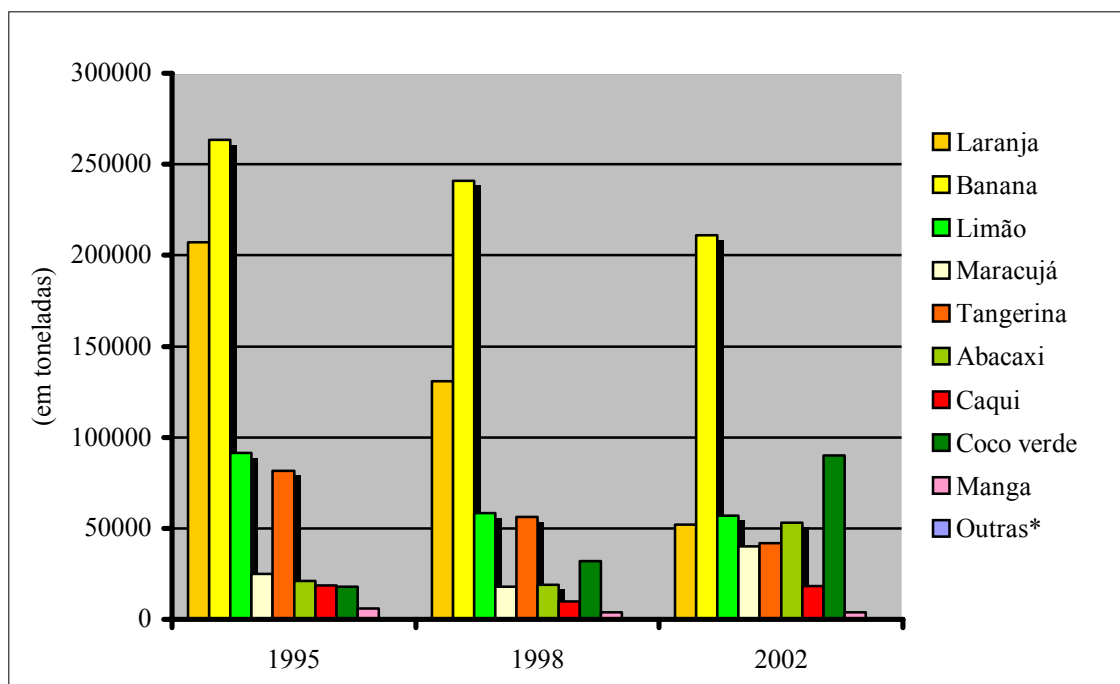


Figura 03 - Estado do Rio de Janeiro: evolução da fruticultura fluminense entre 1995 e 2002. Fonte: EMATER-Rio, 2004.

\*Em relação à categoria 'Outras', cabe destacar as produções de **goiaba, pinha, figo, acerola, pêra, ameixa, pêsego, nectarina, além de framboesa** e amora em menor escala.

O esforço institucional desde o final da década passada para criar um clima de otimismo em relação à fruticultura fluminense esbarra nos próprios dados apresentados pelo governo estadual. A propaganda oficial apregoa estar havendo um aumento da produção frutícola e a sua diversificação no interior do Rio de Janeiro; porém, os números levantados pelas agências do governo do estado negam tal situação. Na verdade, na última década houve uma brutal queda da produção citricultora fluminense (laranja, limão...) e uma diversificação pouco expressiva das frutas produzidas nesse espaço.

Ao final dos anos de 1990 (1999), o otimismo em relação aos possíveis investimentos para a produção de frutas na região foi captado em várias entrevistas realizadas com produtores de leite de Itaperuna, Porciúncula e Laje do Muriaé. Porém, mais expressiva foi a entrevista realizada com o assessor do então secretário municipal de agricultura de Itaperuna, Sr. Abílio Queiroz, para expressar o otimismo regional. Segundo o entrevistado, a estiagem na safra e entressafra de leite naquele ano foram as maiores desde 1987, acarretando um problema gravíssimo de abastecimento aos principais consumidores da matéria-prima local. Esta situação teria obrigado o

município a abrir uma linha de crédito emergencial para os produtores rurais que quisessem explorar poços artesianos nas suas propriedades para minorar o problema da seca no município. O subsídio, porém, não foi suficiente para que as projeções sobre a safra leiteira de 2000 fossem mais otimistas. Na verdade, como bem anunciou a própria Secretaria Municipal de Agricultura, a produção total de leite do município retrocedeu 46%, afetando ai a arrecadação final de ICMS. Esta situação, segundo a mesma fonte, só iria beneficiar a fruticultura na região já que “havia uma forte pressão para que o município e as cooperativas desestimulassem a produção leiteira na região e desenvolvessem projetos de qualificação do produtor rural para a fruticultura irrigada”. Segundo acreditava o assessor, em entrevista direta feita em 30/10/1999,

apesar de não terem sido ainda liberadas, as verbas do BNDES serão bastante generosas com os municípios que estão no eixo bacia do rio Pomba/bacia do rio Muriaé, como uma forma de dinamizar a produção de goiaba, maracujá, manga e coco e, assim, atrair investimentos externos para a área.

Porém, o que se viu ao longo dos primeiros anos do século XXI foi que o crescimento de algumas atividades frutícolas não-tradicionais no espaço fluminense (maracujá, abacaxi, coco verde e caqui – vedetes, muitas vezes, das políticas públicas para a fruticultura), foi ínfimo em tonelagem total, sendo sua produção em outros estados da Federação muito mais expressiva do que no estado do Rio de Janeiro, como se pôde ser observado na figura 4.

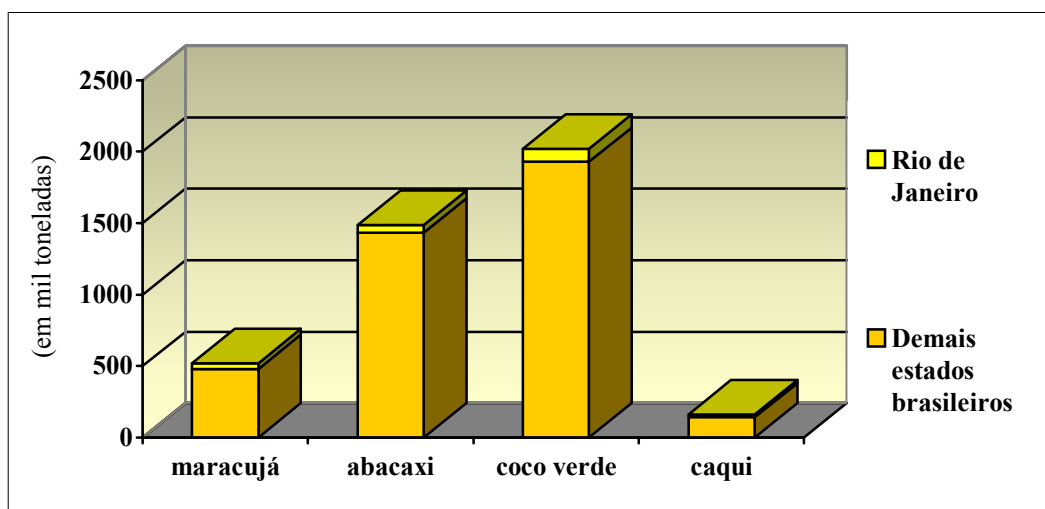


Figura 4 - Participação da produção de quatro tipos de frutas não-tradicionais no espaço rural fluminense no total brasileiro, 2002.

Fonte: IBGE, 2004.



Para destacar as informações trazidas na figura 4, pode ser observado, na figura 5, que, apesar do discurso da “febre da fruta”, dos cultivos tradicionais no estado a bananicultura continua a se destacar no volume total da fruticultura fluminense. Se em 1995 essa atividade correspondeu a 35,46% da tonelagem total de frutas colhidas no estado, em 2002, apesar do retraimento de 25,88% num período de sete anos sua tonelagem foi ampliada passando a representar 35,77% do total produzido. Observe-se o aumento relativo da produção de bananas no Rio de Janeiro em relação ao total da fruticultura do estado.

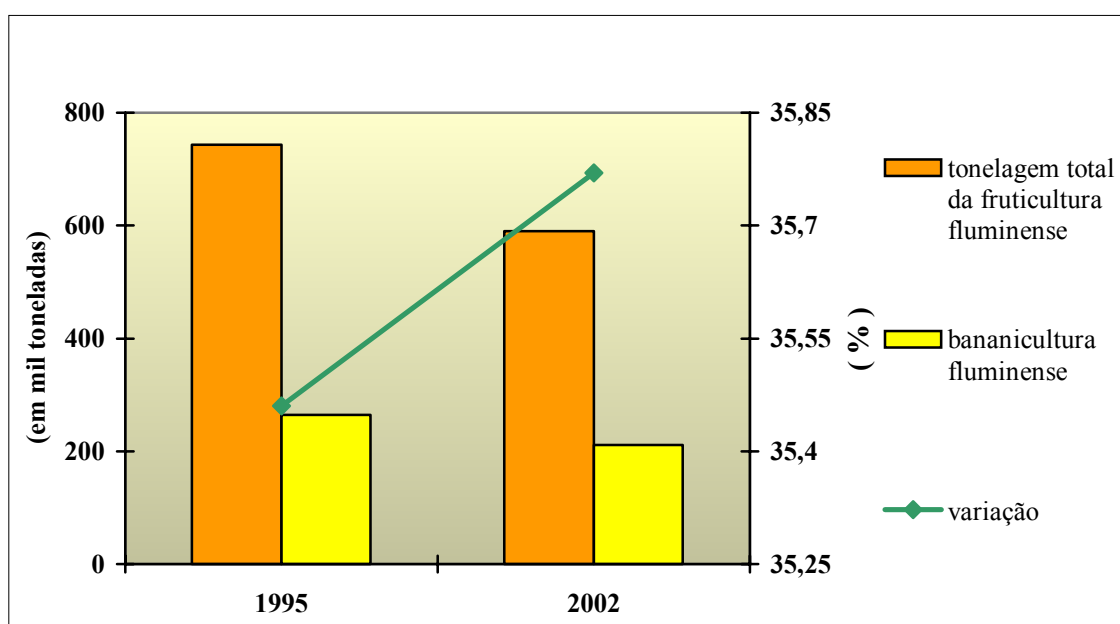


Figura 5 - Estado do Rio de Janeiro: variação da produção bananicultura em relação ao total de frutas colhidas no espaço rural fluminense em 1995 e 2002.

Fonte: CIDE, 2003.

Algumas questões precisam ser aqui levantadas para que entendimentos futuros possam ser possíveis. Não seria importante, a partir das problemáticas apresentadas, o agente de gestão das políticas de modernização no estado repensar e reavaliar os critérios de “vocação” produtiva para as regiões estaduais fluminenses? Se, como se vem verificando, a fruticultura do estado do Rio de Janeiro continua pouco expressiva e representativa, não seria mais lógico e eficaz o poder público estadual repensar suas estratégias de moderniza o do espaço rural fluminense, ao invés de insistir em fazê-lo através daquela atividade? Será que a forma como a fruticultura (que existe e tem a sua

tradição no estado) está sendo concebida e gerenciada não é adequada aos padrões regionais que culturalmente a caracterizam? Estas questões precisam ser minuciosamente estudadas e acompanhadas, para que as atividades agrícolas do espaço rural fluminense possam ser potencializadas a partir das tradições e possibilidades socioorganizacionais e técnico-logísticas do território fluminense.

### **Considerações Finais**

As ações e articulações entre o Público e o Privado para a modernização fluminense vem tomando proporções fundamentais para a reconsideração do papel do espaço rural do Rio de Janeiro, nos projetos de transformação socioespacial e técnico-logística do estado como um todo, assim como em um dos espaços mais dinâmicos da integração regional brasileira (MERCOSUL, ALCA...), o Sudeste do país.

Repensar os espaços produtivos do Sudeste brasileiro é reavaliar as articulações espaciais entre os diversos agentes que compõem a esfera político-administrativa e econômica do país, e a natureza dessas articulações denominarão os projetos públicos que buscam o bem-estar no espaço social do território. Portanto, se faz vital compreender com quais agentes o Estado (na sua esfera estadual) se articula para prover os território de recursos, seguridade e possibilidades de gerar sua auto-gestão. No caso fluminense, atualmente, as articulações vêm sendo estabelecidas com grandes corporações e empresas de alta tecnologia que remontam e re-significam os espaços produtivos através de processos técnico-científicos que modificam a natureza das atividades localmente criadas.

Em prol da “desejada modernidade”, as políticas públicas dos últimos dez anos voltadas para o espaço rural reforçam a posição do complexo agroindustrial, à jusante e à montante, do processo produtivo, e delegam à sociedade civil regional (no caso, o Noroeste fluminense) a opção de adotar ou não os “caminhos do moderno”<sup>8</sup>. Essa “opção” é imposta pelo fortalecimento, via leis pensadas pela plataforma legislativa defendida pela base de apoio parlamentar que o governo do estado fluminense possui ou por decretos-leis que reforçam a redução da carga tributária de “empresas competitivas que incentivem a produtividade” nos setores agrícolas estaduais

eliminando, cada vez mais, as já quase inexistentes redes de proteção social que essa parcela da população economicamente ativa do estado do Rio de Janeiro possuía. Para comprovar tal afirmação, basta uma rápida visita ao sítio da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para que essas leis sejam identificadas.

Cabe aos pesquisadores do espaço provocar reações sociais que possam, pelo menos, colocar em discussão os caminhos adotados, criando-se um espaço de participação política, técnica e científica – e que envolva a universidade fluminense – capaz de dar conta, de fato, dos potenciais e possibilidades de uma modernização menos dolorosa da que vem sendo imposta institucionalmente.

## **Notas**

1 - Cabe salientar que o Grupo de Cairns — grupo formado por importantes países exportadores de produtos agrícolas (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Ilhas Fiji, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Hungria) e que têm em comum o baixo subsídio à agricultura e às exportações no setor primário — teve participação decisiva na definição dos acordos que ajustaram as suas políticas agrícolas domésticas a um conjunto de regras reguladoras das políticas internas e do comércio dos produtos desse setor produtivo em diversas escalas, o que vem afetando, significativamente, a pecuária leiteira do país (IGLESIAS, 1991).

2 - A discussão do conceito de *Desenvolvimento* não será enfocada neste trabalho, ficando claro, contudo, que o tema é aqui entendido na perspectiva dominante, ou seja, de que é pelo crescimento econômico e pela modernização tecnológica que se dá o desenvolvimento de dado território.

<sup>3</sup> No estudo em questão, os municípios fluminenses foram divididos, a partir de critérios específicos da instituição de 1997, em Regiões Administrativas da FIRJAN, elencadas a seguir: *Baixada Fluminense* (área I), *Baixada Fluminense* (área II), *Centro-Norte*, *Leste*, *Noroeste*, *Norte*, *Serrana*, *Sul* e *Município do Rio de Janeiro* (Sumário Executivo 1998). Ver mapa 2.

<sup>4</sup> Longe de causar espanto aos pesquisadores do espaço fluminense, a conclusão de que o ‘interior’ do Rio de Janeiro possui um ‘perfil agrícola’ reflete, na verdade, as peculiares condições do estado no processo urbano-industrial brasileiro, estudos que autores como Galvão (1986, 1988, 1990, 1996), Considera e Melo (1986), Garcia (1998), Rua (2002) entre outros, vêm trabalhando ao longo das últimas décadas.

<sup>5</sup> Dentre os condicionantes primários que embasam essa caracterização industrial do principal município da região, *a proximidade dos consumidores e produtores* se destaca no estudo.

<sup>6</sup> Para uma leitura mais aprofundada das dinâmicas de privatização e desnacionalização do sistema financeiro brasileiro, nos anos 90, recomenda-se a leitura da tese de doutorado de Junckes, (2004).

<sup>7</sup> As projeções altamente otimistas do governo do estado se apóiam no discurso técnico da FIRJAN. Esta instituição, apoiada no trabalho sobre as possíveis vantagens de criação de um Pólo Agroindustrial

frutícola na região previu, em 1999, que a população diretamente ocupada na atividade fruticultora, até 2009, deveria atingir cerca de 100 mil pessoas no espaço rural fluminense, o que significaria *“uma drástica melhoria do quadro social das regiões em destaque, principalmente no Noroeste. Isto seria explicado pelo alto potencial de trabalho dessa atividade que, associada à agroindústria, dinamizaria a renda agrícola regional”* (FAERJ/SEBRAE/FIRJAN, 1999:4). Apoiada em dados do FIBGE (1995/1996), a agência fomentadora indicou que a renda das lavouras na região Noroeste foi, aproximadamente, de R\$ 582,00/ha (R\$ 33 milhões) e a da pecuária, R\$ 154,00/ha (R\$ 47 milhões). Já a receita bruta média obtida com a fruticultura, no mesmo período, situou-se na faixa de até R\$ 9.700,00/ha (R\$ 195 milhões), dependendo da fruta cultivada, dado que indica um aumento significativo da remuneração do agricultor, caso a fruticultura venha a ser ampliada.

<sup>8</sup> Recomenda-se para a compreensão desta afirmação os capítulos 4 e 5 da tese de doutorado de Silva (2005).

## **Referências**

ALERJ. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 14 out. 2005.

BAHIA, L. A. Alternativas do Estado Territorial. In: ENCONTROS INTERNACIONAIS DA UNB, XV, 1979, Brasília (DF). **Anais...** Brasília: Editora da UNB, 1979. 35 p.

BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/prodefruta.asp>>. Acesso em: 19 jul. 2005.

BROGGIO, C., DROULERS, M; GRANDJEAN, P. A Dinâmica Territorial da Cafeicultura Brasileira - Dois Sistemas de Produção em Minas Gerais. **Revista Território**, n. 6, p. 73-92, jan./jun., 1999. Rio de Janeiro: LAGET/Garamond.

CIDE. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2005.

CONSIDERA, C; MELO, H. Industrialização fluminense - 1930/1980. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n. 3, p.26-34, maio/ago.1986.

COUTINHO, L; FERRAZ, J. C. (Org.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: UNICAMP/Papirus, 1994.

EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/index.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2006.

FAERJ/SEBRAE/FIRJAN. **Pólo agroindustrial associado à fruticultura irrigada na região Noroeste fluminense** – plano de negócio/sumário executivo. Brasília (DF), jul.1999. 40 p.

FIRJAN. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 14 dez. 2005.

FIRJAN; CIA. DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA. **Estudo de viabilidade de um pólo de fruticultura na região Norte-Noroeste Fluminense**, Rio de Janeiro, ago., 1998. 29 p.

FIRJAN/SEBRAE-RJ. **Informativos do pólo de fruticultura do Norte / Noroeste do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 1, 2, 3 e 4, ano 4, 2004.

FGV; SEBRAE-RJ; FIRJAN. **Potencialidades econômicas e competitividade no Rio de Janeiro – região Noroeste**, Rio de Janeiro, abr./maio. 1998. 47 p.

\_\_\_\_\_. **Potencialidades econômicas e competitividade no Rio de Janeiro – região Norte**. Rio de Janeiro, abr./maio. 1998. 52 p.

\_\_\_\_\_. **Potencialidades econômicas e competitividade no Rio de Janeiro/sumário executivo**. Rio de Janeiro, abr./maio. 1998. 66 p.

GALVÃO, M.C. A propósito do espaço agrário e suas articulações com a economia urbano-industrial. **Anais do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. s. p.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro - contradições e ajustes de um espaço desigual. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, v. 11, n. 3, p. 76-88, maio/jun., 1986.

\_\_\_\_\_. Gestão do território - perspectivas para um projeto sobre o espaço agrário fluminense. **Cadernos LAGET**, Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, n, 1, p. 17-24, 1988.

\_\_\_\_\_. Espaços de gestão diversificada. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, X, 1990, Teresópolis (RJ). **Anais...** Teresópolis: IGEO/UFRJ, 1990. p. 82-101.

\_\_\_\_\_. As múltiplas facetas do espaço agrário no Brasil. In: O ENSINO DE GEOGRAFIA DE 1º E 2º GRAUS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS, 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1996. p.101-116.

GARCIA, E. Algumas considerações sobre a evolução recente do setor agro-alimentar fluminense. In: CARNEIRO, M.J. et al. **Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. p. 45-76.

GOVERNO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. **Portal do cidadão**. Disponível em: <<http://www.portaldocidadao.rj.gov.br>>. Acesso em: 09 ago. 2005.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2005.

IGLESIAS, R. **Evolução da negociação agrícola na rodada Uruguai do Gatt**. Rio de Janeiro: SECEX/FUNCEX, 1991. Textos para discussão, n. 52.

JUNCKES, I. J. **O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil**. 2004. 326 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

MARAFON, G; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Livraria e Editora Infobook: Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Revisitando o território Fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF-UERJ, 2003.

NACIF, C.L; JESUS, G. M. Novas tendências na urbanização brasileira: o caso de Itaperuna (RJ). **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 205, p. 60-74, out./dez. 1992.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo, Martins Fontes, 1971.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G; RIBEIRO, M. F. (Org.) **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002. p. 13-26.

RUA, J. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G., RIBEIRO, M. F. (Org.) **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p 43-70.

SEAAPI-Rio. Disponível em: <<http://www.seaapi.rj.gov.br>>. Acesso em: 07 out. 2005.

SECEX. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/>>. Acesso em: 01 abr. 2006.

SILVA, A. C. P da. **Gestão e território: as práticas corporativas de uma empresa na gestão do seu território - o caso da Fleischmann & Royal no noroeste fluminense**.1996. 234 f. Dissertação (Mestrado) - IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Em busca do rural moderno no estado do Rio de Janeiro: projetos, estratégias e gestão do território, exemplificados no norte e noroeste fluminense**. 2005. 241 f. Tese (Doutorado) - IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

---

\*Recebido em 02/05/2006

Aceito para publicação em 20/07/2006